

# A NOVA ROTA DA SEDA CHINESA E SEU IMPACTO NA RECENTE GUERRA COMERCIAL SINO-AMERICANA (2018 - 2020) <sup>1</sup>

Gabriella Valente Cachapuz<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar o projeto chinês, *Belt and Road Initiative* (BRI), lançado pelo presidente Xi Jinping, no ano de 2015, buscando mostrar de que modo esse projeto impacta na recente guerra comercial sino-americana, durante os anos 2018 a 2020. Para que sejam feitas essas análises, primeiramente, serão apresentados alguns conceitos básicos acerca do que é comércio internacional e guerra comercial, bem como um breve histórico da ascensão econômica chinesa e das relações comerciais entre China e Estados Unidos. A metodologia utilizada para responder o problema de pesquisa será a indutiva, bem como a bibliográfica, documental e ex-post-facto para captação das informações necessárias.

**Palavras-chave:** Comércio Internacional, Guerra Comercial; China; Estados Unidos; OMC; BRI; Nova Rota da Seda.

**Abstract:** This paper aims to analyze the chinese project, Belt and Road Initiative (BRI), launched by President Xi Jinping in 2015, seeking to show how this project impacts the recent Sino-US trade war, during the years 2018 to 2020. In order to make these analyses, first, some basic concepts about what is international trade and trade war will be presented, as well as a brief history of the chinese economic rise and the trade relations between China and the United States. The methodology used to answer the research problem will be inductive, as well as bibliographic, documentary, and ex-post-facto to capture the necessary information.

**Keywords:** International Trade; Trade War; China; United States; WTO; BRI; New Silk Road.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso e orientado pelo professor Erwin Pádua Xavier.

<sup>2</sup> Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

## 1. Introdução

O projeto chinês *Belt and Road Initiative* ou, como é mais conhecido, a Nova Rota da Seda é uma iniciativa faraônica do atual presidente da China, Xi Jinping, e que tem suas origens há milhares de anos atrás. A ideia é retomar as rotas de comércio do período da dinastia Han que perpassavam as regiões que hoje compreendem Ásia, Europa e Oriente Médio, mas de modo a realizar um comércio muito mais ágil, globalizado, de produtos majoritariamente chineses e em proporções gigantescas. Para isso a iniciativa busca, primeiramente, criar um ambiente favorável e com capacidades para receber esse comércio. É preciso gerar infraestruturas e, até mesmo, desenvolver as economias dos locais por onde a Rota passa para que, assim, ela obtenha sucesso com o correr do tempo.

Mas, se por um lado o projeto traz esperança e vantagens para muitos dos países aderentes a ele, por outro, traz forte descontentamento para algumas das maiores economias mundiais tais como Alemanha e França, mas em especial os Estados Unidos. A Nova Rota da Seda chinesa é vista pelo ex-presidente norte americano, Donald Trump, como uma maneira da China de expandir ainda mais o comércio de seus produtos e desse modo dificultar o mercado para seus concorrentes.

A subida de Donald Trump ao poder dos Estados Unidos, em janeiro de 2017, marcou então o início de uma nova fase nas relações econômicas entre China e EUA. A promessa do presidente era renegociar acordos bilaterais do país, reaquecer a indústria e a economia nacionais, reduzir os constantes déficits na balança comercial estadunidense, que giravam em torno de US\$ 800 bilhões, causados, sobretudo, pelos negócios com os chineses, US\$500, e, ainda, trazer de volta empregos ao povo americano. As medidas protecionistas norte-americanas começaram, então, a ser implementadas no início de 2018. O objetivo de Donald Trump com essas medidas era o de encarecer os produtos chineses, para, assim, dificultar sua entrada nos Estados Unidos e, conseqüentemente, gerar estímulo à indústria nacional. A China, por sua vez, passou a retaliar as ações estadunidenses de volta, dando origem à guerra comercial sino-americana.

O problema que gere este trabalho é: a Nova Rota da Seda da China influenciou de algum modo a recente guerra comercial sino-americana, 2018-2020? Tentando observar de que maneira o primeiro evento interferiu no segundo, não sendo a Rota considerada um elemento chave no desenrolar da guerra. Para isso, o artigo foi dividido em três sessões. A sessão 2. vai tratar da história e do conceito de comércio internacional, bem como seu impacto nas economias

nacionais, além de realizar uma breve apresentação das instituições comerciais e financeiras internacionais contemporâneas, GATT, FMI e OMC. A sessão 3., por sua vez, fará uma análise da ascensão econômica chinesa, desde o ano de 1949 até os dias atuais, tratando com ênfase do grande e recente projeto chinês *Belt and Road Initiative* e apresentando as relações econômicas entre China e Estados Unidos, sobretudo, a recente guerra comercial travada entre os dois países. E, por fim, a última sessão, 4., fará o link entre a recente guerra comercial sino-americana e o projeto chinês *Belt and Road Initiative*, tentando apresentar de que maneiras o último influência o desenrolar do primeiro. Foram utilizados, para elaboração deste trabalho, o método hipotético-dedutivo, na abordagem do assunto, e o qualitativo, no estudo de um caso específico de guerra comercial.

## **2. Comércio internacional e seu impacto nas economias nacionais**

### **2.1 História e teoria do comércio internacional**

Antes mesmo de tratar o tema comércio internacional, seus conceitos e sua história, é preciso entender o que leva as nações a realizarem trocas comerciais entre si. Surgida entre os séculos XV e XVIII, a teoria mercantilista acreditava no acúmulo de prata e ouro como forma de geração de riqueza e, ainda, propunha que Estado e economia deveriam caminhar lado a lado, um em favor do outro, sendo o comércio entre as nações visto como uma excelente oportunidade de apoio ao desenvolvimento das indústrias nacionais, bem como a geração de empregos. Os pensadores mercantilistas defendiam, para isso, a necessidade de uma política nacional fortemente intervencionista, com fins de se alcançar sempre um superávit comercial, com os índices de exportação superiores aos de importação (SEABRA, 2014)

Em fins do século XVIII e início do século XIX surgiu a economia clássica, em meio a publicação, em 1776, do livro “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith. A obra ia, justamente, contradizer a teoria mercantilista e lançar uma teoria em oposição, o liberalismo, a qual Smith é considerado o pai. Para os pensadores liberais, o Estado é visto como uma figura predatória das economias nacionais, devendo ser os dois separados um do outro. A privatização das empresas e a liberalização do comércio são meios para se alcançar essa separação entre Estado e economia. Segundo Smith, os ganhos das nações vêm das trocas realizadas entre os Estados e não do superávit comercial. Para além disso, a riqueza de uma nação é contabilizada pelo tamanho de sua produção e não pelo acúmulo de metais (RODRIK, 2018). A história da economia internacional, por sua vez, baseia-se, majoritariamente, na constante luta entre

aqueles Estados que defendem a abertura comercial e os que defendem a intervenção estatal e o protecionismo.

Adam Smith, o fundador da ciência econômica, defende, em seus estudos, o conceito de vantagem absoluta, o qual afirma que o comércio entre os Estados deve ocorrer a partir da especialização de cada nação na produção daquele bem que ele produz a mais baixos custos que os demais, uma vez que as vantagens absolutas geram aos produtores ganhos por unidade de produto. Ou seja, vantagem absoluta é o que, de fato, um país é melhor em produzir frente aos seus concorrentes. Exemplo: Se o Brasil gasta 1 hora e o Japão gasta 50 minutos para produzir X, logo, o Japão possui vantagem absoluta frente ao Brasil na produção de X e não compensa, para os japoneses, importar o produto X do Brasil. David Ricardo, por outro lado, vai contradizer o conceito de Smith, uma vez que nem todas as nações apresentam vantagens absolutas, mas ainda assim elas podem beneficiar-se do comércio internacional, através da produção daqueles bens em cuja confecção eles são relativamente mais eficientes. O custo de oportunidade é a base do conceito de vantagem comparativa da teoria ricardiana e trata do preço que se paga ao renunciar uma oportunidade para aceitar outra (SEABRA, 2014).

Partindo agora para o comércio internacional em si, segundo definição do Dicionário Online de Português (2021), comércio é “a compra, venda ou troca de mercadorias, buscando obter algum lucro”. Entretanto, a origem das atividades comerciais entre os povos se deu milhares de anos atrás, no princípio da humanidade, e não visando fins lucrativos. Desde que o homem começou a gerar excedentes em sua produção e a ver necessidades nos estoques dos demais, passou-se a realizar trocas comerciais, mas nada além das necessidades básicas humanas. Na antiguidade, antes da invenção da moeda como unidade de troca, o comércio era conhecido como “escambo”, que consistia puramente na troca de bens uns pelos outros. Contudo, esse escambo nem sempre foi de fácil negociação entre as pessoas, era necessário encontrar duas pessoas com interesse de realizar a mesma troca ao mesmo tempo. Surgiu, então, a moeda como solução para esse problema, de modo a funcionar como medida de valor para os produtos e uma unidade mutuamente aceita. De princípio, as moedas eram os próprios bens utilizados nas trocas, como animais, grãos e especiarias, a partir do estabelecimento de valores para elas, até que começaram a surgir as moedas como conhecemos nos dias atuais, feitas a partir de materiais ferrosos (COMPIANI, 2012).

Com o crescimento das vilas e o desenvolvimento das primeiras cidades, o comércio foi se intensificando e expandindo suas proporções. As trocas, que anteriormente eram realizadas entre famílias vizinhas e pessoas que moravam na mesma vila começaram a ocorrer entre

peças de cidades distintas e, logo, entre povos diferentes, de regiões totalmente longínquas, dando origem ao que hoje é o comércio internacional, contudo, nos moldes antigos. Os primeiros sinais do comércio internacional foram percebidos no ano 300 AC, com a Rota da Seda, que consistia em uma série de caminhos, por terra, que interligavam os dois extremos da Ásia, bem como a Europa, por meio da prática de atividades comerciais, no que ficou conhecido como a maior rede de comércio do mundo antigo. Com o passar dos anos, o desenvolvimento das sociedades e das tecnologias puxava também para o aprimoramento do comércio e de suas práticas. O século XV representou um grande avanço nas relações comerciais entre as nações, por meio da realização das Grandes Navegações, iniciadas pelos portugueses. O desenvolvimento de grandes embarcações marinhas e a descoberta das rotas marítimas que levavam até as Índias, sul da África e Américas, permitiram a abrangência de todo o globo para realização de práticas comerciais, bem como o alargamento dos mercados produtores e consumidores de bens e serviços (WTO, 2021).

Contudo, foi ao final da Segunda Guerra Mundial que se percebeu uma intensificação nas alianças comerciais entre os países, na busca por uma recuperação econômica rápida para o pós-guerra. As economias nacionais encontravam-se devastadas, bem como o desemprego e a fome assolavam diversas regiões do globo. O número de acordos comerciais bilaterais e regionais saltou para mais de 500, em especial, após a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995. Vivemos, atualmente, a fase mais intensa das trocas comerciais entre os Estados, em virtude da globalização e dos avanços tecnológicos vividos pelos meios de transporte e de comunicação, que aprimoram cada vez mais as relações comerciais. O comércio internacional está, hoje, no centro dos debates políticos de todos os Estados do sistema internacional (RODRIK, 2018).

O comércio internacional vem sofrendo constantes transformações em função dos avanços da globalização. Paul Krugman, vencedor do Prêmio Nobel de Economia, em 2008, tratou, em seu artigo *“Increasing returns, monopolistic competition and international trade”* (1979), da importância das economias de escala para o bom desenvolvimento das trocas comerciais internacionais. Segundo ele, quanto maior o volume das produções, menor serão seus custos e, conseqüentemente, maiores as vantagens para o consumidor final. Os grandes fluxos comerciais entre nações semelhantes só conseguem ser explicados através do conceito de economias de escala, algo que não foi considerado por David Ricardo. Krugman, juntamente com Maurice Obstfeld, escreveram, em seu livro *“Economia Internacional”* (2001), que, na realidade, os países não conseguem especializar sua produção única e exclusivamente nos bens

e serviços nos quais apresentam vantagem comparativa. Ao contrário, eles devem produzir bens e serviços variados, de modo a atender suas demandas internas. Por fim, e ao contrário do que analisou a teoria ricardiana, não vivemos em uma realidade de comércio 100% livre. Os países estão, constantemente, fazendo uso de barreiras tarifárias para impedir a entrada de produtos estrangeiros em concorrência com seus produtos nacionais (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001). É a partir dessa ideia de barreiras tarifárias que entra o caso, aqui neste artigo analisado, da recente guerra comercial entre China e Estados Unidos.

## **2.2 O impacto do comércio internacional nas economias nacionais**

O comércio internacional, sem dúvida nenhuma, traz uma série de efeitos não só positivos, como também negativos para as economias nacionais. Para Adam Smith, por exemplo, o fundador da ciência econômica, em sua teoria das vantagens absolutas, ele apresenta o comércio internacional como extremamente vantajoso para o desenvolvimento dos Estados, uma vez que a inserção nele os permite alavancar suas produções nacionais e suas trocas, gerando, em um segundo momento, o aumento do consumo e do bem-estar de seu povo. O aumento dessas produções, entretanto, deve ocorrer por meio da especialização produtiva. Ou seja, cada país deve especializar-se na produção, única e exclusiva, dos bens por ele produzidos a mais baixos custos, quando comparados com os demais países do sistema. Dessa maneira, cada país especializaria sua produção em um bem que ele produz a mais baixo custo e trocaria os excedentes dessa produção com os outros países por meio do comércio internacional. Desse modo, tornar-se-ia possível suprir as necessidades de consumo de todas as nações (SEABRA, 2014).

Pesquisas realizadas por Alexandre Loures e Erik Figueiredo, em 2017, demonstram que o acesso à economia internacional impacta de maneira positiva as economias nacionais. Segundo sua apresentação, o aumento do fluxo comercial gera redução nos custos da produção e do produto final e essa redução, por sua vez, permite o ingresso de um maior número de empresas nacionais no mercado internacional, o que acaba por gerar crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países e distribuição interna de renda entre seu povo. O acesso ao mercado internacional lhes permite, ainda, um aumento nas suas receitas e uma possível melhora no saldo de suas balanças comerciais, a garantia de venda de seus excedentes de produção, bem como o acesso de sua população aos produtos não disponíveis em seu mercado interno através das importações, além também da diluição dos riscos de possíveis quebras de

empresas nacionais em momentos de crises internas. Por fim, os Estados podem, ainda, alcançar um crescimento nos índices de bem-estar social de sua população. Contudo, essa melhora nos índices é notada em sua grande maioria entre as nações em desenvolvimento, e não as já desenvolvidas. De um modo geral, nota-se o desenvolvimento e o crescimento econômico das nações aderentes ao comércio internacional (LOURES; FIGUEIREDO, 2017).

Analisando, por fim, sob o ponto de vista das empresas nacionais que se inserem no comércio internacional, é possível perceber uma melhora na visibilidade de seus nomes e de seus produtos, uma redução no nível da concorrência enfrentada, aumento de suas receitas e de suas produtividades, redução dos riscos de se trabalhar em um mercado só e redução da carga tributária, em virtude dos incentivos fiscais.

Se, por um lado, observa-se uma série de vantagens em se inserir uma economia nacional dentro do comércio internacional, por outro, existem inúmeras desvantagens. Muito estudiosos consideram o comércio internacional, ainda, muito pouco liberalizado, devido às barreiras protecionistas adotadas pelos países como maneira de incentivar suas indústrias e proteger suas economias nacionais. Barreiras protecionistas são medidas que dificultam e limitam o comércio entre duas ou mais nações; elas diminuem o volume do comércio internacional. Elas podem ocorrer sob duas formas, tarifas e barreiras não-tarifárias:

**a) Tarifas** são tributos cobrados em cima do valor dos bens importados. Essa cobrança pode ser feita de duas maneiras:

***Ad valorem***: é cobrado um percentual sobre o valor do produto.

Ex: um produto é vendido pelo preço de R\$50,00 e sua taxa *ad valorem* dentro do país que o importa é de 10%, então, o preço final do produto no país importador será de R\$55,00.

**Específica**: a taxa cobrada sobre o produto é fixa, independente do seu valor.

Ex: suponhamos que o preço do produto seja R\$50,00 e a taxa específica cobrada pelo país importador seja de R\$5,00 por produto importado, logo, o preço final do produto será R\$55,00.

Vale notar que as tarifas, além de servirem como um mecanismo de proteção aos empregos e às empresas nacionais, ainda agem como um meio de arrecadação de impostos por parte dos governos, muito embora não seja esse o intuito principal delas.

**b) Barreiras não-tarifárias** são todas as demais medidas protecionistas que não sejam caracterizadas como tarifas. Existem mais de 30 tipos de barreiras não-tarifárias e

elas se manifestas das mais variadas formas possíveis. Algumas delas que merecem destaque são:

**Cotas de importação:** são limites estabelecidos pelo país importador quanto à quantidade ou valor do bem importado.

**Subsídios a exportação:** concessões de empréstimos à empresas nacionais exportadoras com o intuito de alavancar as vendas de produtos nacionais no exterior, elevar os preços domésticos e, assim, valorizar o produtor local.

**Certificação ambiental:** são exigências feitas pelos países importadores para que os produtos por eles comprados respeitem as normas internacionais de proteção ambiental durante seus processos produtivos.

**Salvaguardas:** são barreiras ou cotas impostas pelos países quando uma de suas indústrias nacionais encontra-se ameaçada pelo elevado número de produtos concorrentes importados (SEABRA, 2014).

Além das barreiras comerciais, alguns estudiosos consideram, ainda, outros pontos como negativos para as economias nacionais que se inserem no comércio internacional, como é o caso da concorrência enfrentada, que nem sempre é justa. Fatores como infraestrutura, educação e capacidade inovadora colocam algumas nações em um degrau acima na competitividade frente a outras, impossibilitando, muitas vezes, o desenvolvimento de indústrias nacionais e podendo implicar, ainda, uma dependência econômica das nações em desvantagem na concorrência. Outro ponto negativo é: países que importam com índices muito maiores que exportam apresentam déficits em suas balanças comerciais, o que afeta de maneira negativa, seus PIBs, suas economias e suas imagens diante do cenário internacional. Há, ainda, o aumento do desemprego em alguns setores específicos que não conseguem lidar com a concorrência e com o deslocamento da produção para regiões que apresentam mais baixos custos. Por fim, as disputas comerciais podem levar a tensões entre as nações e, por vezes, desenrolar-se em crises econômicas, políticas e sociais e terminar até mesmo em guerras comerciais (REIS, 2020).

### **2.3 As instituições comerciais e financeiras internacionais contemporâneas: FMI, GATT e OMC**

Em julho de 1944, em New Hampshire, Estados Unidos, ainda durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, foi estabelecido o regulamento das relações comerciais e financeiras entre os Estados-nação independentes do mundo, no evento que ficou conhecido como

Conferência de Bretton Woods. O Acordo de Bretton Woods, documento final da Conferência, tinha como base a criação de um sistema monetário internacional, a partir do estabelecimento de um padrão no valor das moedas nacionais para a realização do comércio internacional de maneira padronizada e organizada. O padrão estabelecido foi o ouro-dólar e ele teve duração até o ano de 1971, quando os Estados Unidos passavam por intensa crise econômica, o que não mais os permitia possuir reservas suficientes para tal padronização. Ainda durante a Conferência foi criado, em meio à união de 29 países, o FMI, Fundo Monetário Internacional, que asseguraria o bom funcionamento do sistema monetário de Bretton Woods (IMF, 2013).

O Fundo, embora seja uma instituição financeira e não comercial, merece atenção e destaque, uma vez que interfere e gera profundos impactos no comércio internacional. Ele atua promovendo assistência técnica e financeira, por meio do fornecimento de empréstimos aos seus países-membros, para a formulação de programas econômicos nacionais que corrijam as falhas econômicas internas e os problemas de balanço de pagamentos. O FMI é uma organização internacional atualmente composta por 190 países e que tem por objetivos facilitar o comércio internacional, promover o crescimento econômico sustentável, gerar empregos, reduzir a pobreza global e, ainda, manter a cooperação e a estabilidade financeira global. Com sede em Nova York, o FMI funciona hoje por meio de dotações dos países-membros e os montantes dessas dotações é que definem o poder de tomada de decisões internas à organização, bem como a contração de empréstimos quando necessitados pelos Estados. O Fundo atua no controle das finanças e da economia internacional, bem como no combate a problemas econômicos como crises financeiras e econômicas (IMF, 2013).

Outra instituição comercial de grande importância foi o GATT. Ele tinha como propósito estabelecer regras para o comércio internacional, de modo a facilitar as negociações entre os países e torná-las mais justas na luta contra as práticas protecionistas adotadas pelos Estados e em prol da liberalização comercial. O GATT, diferentemente do FMI, não foi uma organização, nem sequer uma instituição, mas sim uma série de acordos consensuais firmados entre os países membros na busca pelo crescimento econômico destes. Ele foi criado em meio a um cenário urgente da busca pela paz e da preservação desta, de modo a assegurar que não ocorresse uma terceira grande guerra. O acordo foi uma ideia provisória e que teve vigência somente até 1994, quando, no mesmo ano, foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC), que substituiu e incorporou o GATT em sua estrutura (SEABRA, 2014).

A última rodada de negociações do GATT e a mais importante de todas ficou conhecida como Rodada do Uruguai, sediada em Punta del Este, Uruguai. Ela foi responsável por instituir

a criação de um documento final que abrangesse todos os acordos e negociações realizados durante os anos de funcionamento do GATT, mencionando seus avanços e retrocessos. A rodada teve início em setembro de 1986 e só foi concluída anos mais tarde, em 1994, com a assinatura do Acordo de Marraquexe que determinava a criação da Organização Mundial do Comércio (SEABRA, 2014).

O marco da história do comércio internacional se deu, então, no dia 1 de janeiro de 1995, quando entrou em vigor a OMC e suas atividades. Se, por um lado, o GATT lidava somente com questões do comércio internacional ligadas à troca de mercadorias, a OMC passaria a tratar também do comércio de serviços e de propriedade intelectual. Para além disso, a Organização também expandiria seus horizontes para as soluções de controvérsias nas disputas comerciais entre as nações (WTO, 2021).

A OMC é uma organização internacional com fins econômicos, sediada em Genebra, na Suíça, e que conta, hoje, com a participação de 164 países-membros. Sua diretoria-geral é, atualmente, ocupada por Ngozi Okonjo-Iweala, economista de origem nigeriana. Sua estrutura é bastante vasta e complexa, composta por um Conselho Geral, pelo Órgão de Solução de Controvérsias e pelo Órgão de Revisão de Política Comercial. Abaixo do Conselho Geral encontram-se o Conselho para o Comércio de Mercadorias, Conselho para o Comércio de Serviços e Conselho para os Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual. Abaixo dos Conselhos estão os Comitês: Comitê de Comércio e Desenvolvimento, Comitê de Comércio e Meio Ambiente, Comitê de Acordos Regionais de Comércio, Comitê de Restrições de Balança de Pagamentos e Comitê Administrativo (MENDES, 2017).

A Organização tem como objetivo impulsionar o comércio internacional através do combate às práticas protecionistas e o incentivo ao livre comércio. Ela supervisiona e estimula as relações comerciais entre os países, promovendo negociações, realizando acordos e solucionando conflitos entre eles por meio de uma estrutura administrativa e de modo a gerar o melhor cenário possível para o comércio internacional.

A OMC é guiada por alguns princípios básicos:

- o da nação-mais-favorecida, segundo o qual um membro da OMC deve estender a todos os seus parceiros comerciais qualquer concessão, benefício ou privilégio concedido a outro membro;
- o do tratamento nacional, pelo qual um produto ou serviço importado deve receber o mesmo tratamento que o produto ou serviço similar quando entra no território do membro importador;
- o da consolidação dos compromissos, de acordo com o qual um membro deve conferir aos demais tratamento não menos favorável que aquele estabelecido na sua lista de compromissos; e

- o da transparência, por meio do qual os membros devem dar publicidade às leis, regulamentos e decisões de aplicação geral relacionados a comércio internacional, de modo que possam ser amplamente conhecidas por seus destinatários (ITAMARATY, 2017).<sup>3</sup>

Além disso, algumas de suas funções são ainda:

- Administrar os acordos internacionais entre seus membros;
- Servir como fórum para as negociações internacionais de comércio;
- Solucionar controvérsias comerciais entre seus membros;
- Proceder à revisão das políticas comerciais dos países membros;
- Alcançar maior coerência na formulação de políticas econômicas em escala global, incluindo cooperação com organismos internacionais (MENDES, 2017).<sup>4</sup>

Durante as Conferências Ministeriais, ocorridas geralmente a cada dois anos, é que são discutidos os principais temas da atualidade e são tomadas as principais decisões que regem a OMC. Desde a criação da Organização, já ocorreram onze dessas reuniões e foram elas Cingapura (1996), Genebra (1998), Seattle (1999), Doha (2001), Cancun (2003), Hong Kong (2005), Genebra (2009), Genebra (2011), Bali (2013), Nairóbi (2015), Buenos Aires (2017). A próxima está prevista para ocorrer entre novembro e dezembro de 2021, em Genebra (SISCOMEX, 2020).

### **3. A ascensão econômica da China e a *Belt and Road Initiative***

A China foi, mais de 2000 anos atrás, o centro da economia euroasiática. A Rota da Seda representava, nesse período, um importante instrumento de interligação econômica e cultural do mundo Oriental com o Ocidental. Foi também de suma importância para as relações entre a Dinastia Han e o Império Romano. Contudo, o país passou por um período de forte turbulência em sua história desde a Guerra do Ópio, passando pela queda da monarquia em 1911, até 1949 com a instauração da República Popular da China (RPC). O país sofreu durante esse período uma série de invasões estrangeiras, movimentos separatistas, guerras civis e lutas pelo poder. Esses fatores contribuíram para o atraso econômico do país, enquanto os Estados Unidos se consagravam como grande potência.

<sup>3</sup> Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc>> . Acesso em: 02 set. 2021.

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3095/3/Estrutura%20e%20Principais%20Regras%20da%20OMC%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2021.

Em 1949, com a subida de Mao Tsé-Tung (líder do Partido Comunista) ao poder, o novo projeto da China era recriar sua identidade nacional para, anos mais tarde, lançar-se internacionalmente. E assim se fez. Entre os anos 1949 e 1976, o Partido conseguiu varrer das ruas chinesas a prostituição, os pedintes e os dependentes químicos. Controlou a inflação do país, gerou empregos e reduziu o nível de desemprego, redistribuiu as terras, a riqueza e o poder chinês, reformou o sistema, elevou a expectativa de vida de sua população, investiu na construção de canais, reservatórios e linhas férreas e buscou erradicar a corrupção endêmica do país. Mao vendia e acreditava na ideia de estar, enfim, libertando o povo chinês e promovendo igualdade entre todos. Além do mais, queria provar para o mundo que o sistema socialista seria capaz de tirar as massas da pobreza. Contudo, suas ações foram majoritariamente focadas na luta de classes e no controle da vida cotidiana de sua população, para impedir a propagação de ideais contrários ao comunismo, deixando para um segundo plano o desenvolvimento econômico do país (EBREY; WALTHALL; PALAIS, 2009).

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo rigor no controle das leis e no andamento das políticas internas chinesas e, ainda, pelo isolamento chinês perante o restante do mundo. A China era, até o momento, reconhecida como uma nação soberana por poucos países do sistema internacional e, com isso, mantinha relações diplomáticas com um número limitado de Estados. Em resumo, o país esteve, durante esse período, praticamente isolado das relações internacionais, com destaque apenas para dois momentos: Conferência de Genebra, em 1954, e Conferência de Bandung, em 1955. Em Genebra, durante as negociações de um armistício na Guerra da Coreia, a China pôde estabelecer seus primeiros contatos com os Estados Unidos, desde 1949, com a instauração da RPC. Um ambiente calmo de negociações permitiu também à China relacionar-se com França e Reino Unido. Já em Bandung, a China abriu-se para relações com diversos países da Ásia e África e até mesmo intitulou-se como uma nação em desenvolvimento do período pós-colonial, um país do terceiro mundo e aberto às negociações com países em desenvolvimento (SHAMBAUGH, 2020, cap.1).

As relações sino-soviéticas, que durante a década de 50 iam bem, com o início dos anos 60 deterioraram. Enquanto o primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai, tentava boas relações com os países do sistema internacional, o presidente Mao buscava confrontos. Suas ideias já não convergiam mais com as da União Soviética, que buscava uma coexistência pacífica com os Estados Unidos. A política externa apresentada pela China durante a década de 60 foi bastante agressiva, contrária aos Estados Unidos e à União Soviética, e financiadora do expansionismo comunista pelo mundo. Mao propagava a seguinte ideia: “É necessária uma ampla frente e unir-

se à todas as forças, exceto o inimigo, e continuar a travar árduas batalhas... Nós precisamos unir e afastar o imperialismo estadunidense para fora da Ásia, África e América Latina e mandá-lo de volta para sua origem” (SHAMBAUGH, 2020, p.9). Para completar, a Revolução Cultural Chinesa, de 1966 a 1969, com ideias extremamente xenofóbicas e anti-ocidentais. preocupava e afastava, ainda mais, o mundo ocidental da China. Não somente os países ocidentais, como também os orientais e, até mesmo, os fronteiriços afastavam-se das relações com a China, como foram os casos de Índia e Indonésia. Somente com o início da década de 1970 é que a RPC começou a mudar suas relações com o mundo, ou, mais especificamente, começou relacionar-se com o mundo (SHAMBAUGH, 2020, cap. 1).

Em 1970, a China abriu-se para o Canadá, em 1971 foi admitida na ONU e reconhecida como um país soberano, entre 1971 e 1972 abriu-se para os EUA e, a partir daí, para diversos outros Estados. Após 1976, ano da morte de Mao Tsé-Tung, o Partido Comunista passou a dar maior foco para o crescimento da economia chinesa. Deng Xiaoping assumiu a liderança do partido e começou a apoiar as reformas de mercado, através do incentivo ao desenvolvimento das empresas privadas chinesas, da atração de capital estrangeiro para realização de investimentos, da expansão da indústria, em 1978, da abertura das fronteiras para visitantes e até mesmo da contratação de professores para lecionar inglês para a população chinesa. Em 1980, Deng começou a encorajar práticas capitalistas na China. Ele assinou o acordo e criou a primeira Zona Econômica Especial na cidade de Shenzhen, na fronteira com Hong Kong. Após esse primeiro acordo, ele gerou incentivos para as empresas estrangeiras, através da cobrança de baixos impostos e oferta de mão de obra barata. Com isso, o número de *joint ventures* em território chinês só cresceu, com parcerias fortes como Taiwan, Coréia do Sul e Hong Kong. Essas empresas traziam para o território chinês tecnologia de última geração e ainda elevados montantes de capital para a economia chinesa. Para além disso, ainda havia a troca de fábricas chinesas produzindo para o mundo ocidental e fábricas estrangeiras em território chinês produzindo para consumo local. O objetivo chinês era relacionar-se com países que pudessem contribuir para o desenvolvimento econômico da China, além de sua modernização. A Constituição do Partido Comunista foi até mesmo reformulada e passou a definir a China como uma economia socialista de mercado e com uma essência natural socialista de “liberar e desenvolver as forças produtivas” (EBREY; WALTHALL; PALAIS, 2009).

Ainda em 1980, houve a adesão da China ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional e, em 1986, tornou-se membro pleno do GATT. A partir de 1995, o país passou a relacionar-se mais intensamente com a União Europeia, integrou diversas instituições

multilaterais regionais asiáticas, intensificou relações com os vizinhos asiáticos e aproximou-se da Federação Russa e dos países que se originaram do fim da União Soviética. Nesse momento, a presença chinesa no mundo só crescia e, cada vez mais, ela era vista e aceita como uma nação comum dentro do sistema internacional (SHAMBAUGH, 2020, cap. 1).

Diversas empresas chinesas começaram a internacionalizar-se por completo e, em 1996, o país foi considerado o maior confeccionador de roupas e sapatos do mundo, com domínio de 16.7% das exportações do ramo de vestuário; em 2004, era o maior exportador de computadores e artigos relacionados e, em 2006, o maior fornecedor de frutos do mar. Entre 2002 e 2007, a China quadruplicou suas exportações. Em dezembro de 2001, após 15 anos de negociações, a China assinou o acordo para sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), como 143º membro da Organização. O acordo assinado permitiria uma melhor integração da China na economia mundial e, ainda, ofereceria um ambiente mais saudável para novos negócios e investimentos estrangeiros. A expectativa da China, ao entrar para a Organização, era de integrar-se ainda mais nos assuntos internacionais, bem como trazer ganhos para sua economia (EBREY; WALTHALL; PALAIS, 2006).

Para que o país fosse, de fato, aceito como membro da OMC seriam necessárias algumas transformações internas em sua estrutura para se encaixar nos princípios da Organização, bem como a aceitação de algumas imposições feitas pelos países já membros. O país deixaria de ser considerado “em desenvolvimento” e, com isso, abriria mão de vantagens que apenas são concedidas para Estados detentores desse status (CHEONG, 2003). O tratamento fornecido a empresas, produtos e pessoas passaria a ser o mesmo, independentemente se nacionais ou estrangeiros. Contratos firmados antes do ingresso da China na OMC deveriam ser revisados para se encaixarem nos moldes da Organização. A Lei nacional de Direitos Autorais, Marcas e Patentes, bem como a legislação comercial do país, deveriam ser alteradas com o propósito de garantirem maior segurança para os parceiros comerciais chineses. Uma série de outras medidas deveriam ser tomadas, tais como a redução das barreiras alfandegárias, assim como das medidas protetivas aos bens nacionais, a reestruturação dos sistemas cambiais, de investimentos e de importações e exportações da China (PERES; DAIBERT, 2015).

Em 2010, a China se converte na segunda maior economia global. Contudo, foi com a subida de Xi Jinping ao poder, em 2012, que a China passou a ocupar um papel de destaque nos assuntos internacionais e influenciar ainda mais a organização do sistema internacional. O presidente assumiu o cargo com seu discurso do Sonho Chinês, no qual devolveria ao povo, até

o ano de 2049, a grandeza das dinastias passadas. Em 2013, a China já era considerada a maior economia comercial do mundo.

Assim que assumiu seu posto, Xi apresentou o primeiro grande projeto de investimentos que ultrapassava as fronteiras chinesas, o *Belt and Road Initiative* (BRI<sup>5</sup>) ou, como é mais conhecido, a Nova Rota da Seda. O objetivo do presidente era aplicar bilhões de dólares em investimentos em infra-estruturas e setores de transporte, tais como rodovias, gasodutos e oleodutos que ligariam a Ásia, África, Europa e Médio Oriente por terra, no que seria conhecido como o Cinturão Econômico da Rota da Seda. E por mar, uniria os Oceanos Índico e Pacífico e o mar Mediterrâneo através de portos, no que ficaria conhecida como a Rota da Seda Marítima do Século 21 (AMIN, 2018).

O presidente afirmava ainda que a Nova Rota da Seda não visava apenas fins econômicos. Ela também permitiria intercâmbio cultural, um desenvolvimento equilibrado visando a redução da pobreza e uma redução das instabilidades globais, tais como o terrorismo. Em outras palavras, Xi levaria desenvolvimento aos países que aceitassem a cooperação oferecida. A China apresentava, naquele momento, seu maior e mais ambicioso projeto para aumentar o mercado consumidor de seus produtos e diversificar as origens de suas importações. E apresentava ao mundo, ainda, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento norte-americano (FIGUEIREDO, 2019).

### **3.1 Um breve histórico das relações comerciais sino-americanas**

As relações entre China e Estados Unidos, desde a instauração da RPC, apresentam uma série de altos e baixos, não sendo todo o tempo amistosas e nem mesmo conflituosas. O primeiro contato entre americanos e chineses se deu em 1954, durante a Conferência de Genebra, quando os dois países, juntamente de mais alguns Estados, se reuniram para discutir e tentar chegar a um acordo para a situação da Indochina. De um lado, os EUA queriam combater a todo custo a expansão do comunismo pelo mundo e, do outro, a China queria financiar essa expansão. Durante as décadas de 1950 e 1960, a China desenvolveu uma política fortemente revolucionária e agressiva, que preocupou o mundo. O país vendia a ideia de que os EUA eram o inimigo que devia ser combatido e que o lado ocidental global deveria ser separado do oriental. Claramente, as relações sino-americanas não iam bem. As disputas ideológicas entre

---

<sup>5</sup> Sigla será utilizada ao longo de todo o texto para fazer referência à proposta do presidente Xi Jinping, lançada em 2013.

comunismo e capitalismo só alargavam, cada vez mais, o abismo entre as duas nações (SHAMBAUGH, 2020, cap. 6).

Contudo, em 1967, com a posse de Richard Nixon, nos EUA, e o constante atrito nas relações sino-soviéticas, China e Estados Unidos foram colocados, pela primeira vez, do mesmo lado. O então presidente norte-americano chegou a anunciar publicamente a emblemática frase “O inimigo do meu inimigo é meu amigo”, fazendo referência à sua nova relação amistosa com o mundo chinês. Os dois países chegaram até mesmo a formar um alinhamento que ficou conhecido como “Triângulo Estratégico”, no qual os dois juntos atuariam contra a URSS. Embora as relações diplomáticas sino-americanas só tenham sido formalizadas em 1979, já em 1971 os EUA reconheceram a China como nação soberana perante a ONU, seguido de uma visita do presidente Nixon à Beijing, capital chinesa (SHAMBAUGH, 2020, cap. 1).

Quanto mais a China se abria para o mundo e se desprendia do seu passado totalitário e extremista deixado por Mao, mais ela se aproximava dos EUA e das demais nações do globo. Dos anos de 1978 pra frente, até 2010, o crescimento do PIB chinês alcançou, em média, a marca de cerca de 10% ao ano. Entretanto, uma repressão do presidente Deng Xiaoping aos manifestantes contrários ao seu governo, em junho de 1989, deixou centenas de mortos, estima-se, na Praça Tiananmen. Esse ato representou uma pausa nos avanços que a China vinha apresentando e trouxe, ainda, uma séria de outras consequências, como sanções econômicas, embargos militares e cortes de relações diplomáticas. Somente em 1997, oito anos após o ocorrido, é que os Estados Unidos voltaram a se aproximar da normalidade em suas relações com a China. Em 1999, cerca de 42% das exportações chinesas eram destinadas aos EUA. Os anos de mandatos de George W. Bush, a partir de 2001, foram positivos nas relações sino-americanas; os EUA, em conjunto com a União Europeia e a Rússia, eram os principais parceiros chineses, até a posse de Hu Jintao, na China, em 2003, que passou a focar mais as relações com o Sul Global (SHAMBAUGH, 2020, cap. 6).

A crise financeira global em 2008-2009 representou um marco nas críticas apontadas pela China com relação ao sistema financeiro global criado pelos EUA. Na concepção do gigante asiático, é falho fazer uso de uma moeda nacional como a moeda global. Logo, as relações entre China e Estados Unidos começaram a apresentar atritos. No início do mandato do presidente norte-americano Barack Obama, em 2010, com uma visita oficial realizada por ele a Beijing, foi recebido pelo então presidente chinês, Hu Jintao, de maneira fria e pouco hospitaleira. Enquanto isso, o comércio chinês ia crescendo cada vez mais e adentrando novos mercados, conforme ia diversificando seu leque de produtos oferecidos. A essa altura, a China

já não mais produzia e vendia somente peças com baixo valor agregado. Sua mão de obra começava a se especializar cada vez mais e sua indústria de ponta a se desenvolver. Os Estados Unidos, por sua vez, já não conseguiam mais exportar para a China produtos com alto grau de tecnologia empregado. Em 2018, o déficit comercial estadunidense com a China, que nunca deixou de existir, atingiu o recorde de U\$419 bilhões (SHAMBAUGH, 2020, cap. 6).

Por fim, o último período aqui analisado se deu com a eleição de Donald Trump, em 2016, nos Estados Unidos, e o início de um período crítico nas relações, tanto econômicas, quanto políticas e diplomáticas, entre China e EUA, um período de intensas práticas protecionistas, tanto chinesas, quanto estadunidenses. Cada nação estava agindo na tentativa de valorizar seus produtos e proteger suas economias nacionais, dando origem, anos mais tarde, em 2018, ao que ficaria intitulado por alguns como guerra comercial sino-americana, da qual iremos tratar em breve.

### **3.2 *Belt and Road Initiative***

O Projeto chinês *Belt and Road Initiative* (BRI) ou, como é mais conhecido, a Nova Rota da Seda da China, foi apresentado internacionalmente, pela primeira vez, em setembro de 2013, pelo presidente chinês Xi Jinping durante uma de suas viagens oficiais ao Cazaquistão e, posteriormente, em outubro do mesmo ano, na Indonésia. A iniciativa, que contava com pouco mais de 60 países aderentes logo em seus primeiros anos de atuação, ao final de 2019 já apresentava 123 Estados participantes e, ainda, 29 organizações internacionais. O que prometia ser, em um primeiro momento, um projeto para as regiões vizinhas da China e pertencentes à originária Rota da Seda se expandiu para todas as demais regiões do globo. Sua expansão se deu de duas maneiras. Por vias marítimas, através da Rota Marítima do Século XXI, que abrange as regiões sul e sudeste da Ásia, Oceania e África e, por vias terrestres, por meio do Cinturão Econômico da Rota da Seda, que integra Europa, Oriente Médio, região oeste e central da Ásia (CAI, 2018).

Figura 1 – Belt and Road Map



Fonte: Silk Road Briefing

A ideia central era a de promover, por meio de acordos bilaterais, uma série de projetos infraestruturais e desenvolvimentistas nos países interessados, com o intuito de unir cada vez mais essas nações entre si e, principalmente, aproximá-las da China, além de expandir o poder de influência chinesa pelo mundo. Os projetos apresentados pela BRI visavam a construção de gasodutos, rodovias, linhas férreas, portos, linhas de trens de alta velocidade, redes de internet e, até mesmo de eletricidade. O objetivo com os investimentos em infraestruturas de transporte era o de reduzir os custos das transações econômicas entre os países signatários do acordo e, ainda, encurtar as distâncias e aproximar as populações. Já no caso das infraestruturas de comunicação, o foco era elevar a posição chinesa de fornecimento de *hardwares* e serviços de comunicação (CAI, 2018).

Em dezembro de 2014, Xi Jinping criou o Fundo da Rota da Seda, promovendo um investimento de cerca de \$40 bilhões para apoiar o bom andamento da BRI. Em março de 2015, a China lançou o primeiro documento oficial, conhecido como “Visão e Ações Conjuntas na Construção do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota Marítima do Século XXI”. O governo chinês pretendia, com esse documento, apresentar, com maior clareza, o projeto, bem como estruturar a cooperação entre os países envolvidos. Algumas das propostas do documento foram a integração financeira abrangente da região, bem como a liberalização do comércio e dos investimentos, a coordenação política e a utilização da moeda chinesa por algumas economias. Em maio do mesmo ano, o Banco do Desenvolvimento Chinês (BDC) liberou um

investimento de mais de \$890 bilhões com o intuito de criar seis corredores unindo a Ásia e a Europa por terra. O corredor China-Mongólia e Rússia, corredor da China e do Paquistão, corredor da China e Península Indochinesa, corredor de Bangladesh, China, Índia e Myanmar, corredor da Nova Ponte Eurasiática e corredor da China e da Ásia Central e Oriental (CAI, 2018).

Entre os anos de 2013 e 2017, empresas chinesas destinaram mais de \$66 bilhões em investimentos diretos para a Nova Rota da Seda. Em maio de 2017, foi realizado o primeiro Fórum BRI, um evento de dois dias que contou com uma dotação de \$14.5 bilhões do governo chinês; \$18.8 bilhões do Banco de Exportação-Importação e \$36.2 bilhões do BDC para investimentos no projeto (CAI, 2018).

Por fim, a *Belt and Road Initiative* vem se mostrando um mecanismo utilizado pela China para promover um desenvolvimento regional interno mais equilibrado entre as regiões costeiras e as periféricas do país; expandir o leque de financiamentos chineses, visando, principalmente, a emissão de títulos; abrir seu mercado de capitais; estimular suas reformas financeiras e seu crescimento econômico; superar o problema de sobrecapacidade da indústria chinesa, desenvolver e expandir os mercados consumidores de produtos chineses e, por fim, exportar para o mundo o modelo chinês de consumo e desenvolvimento (CAI, 2018).

### **3.3 A recente guerra comercial sino-americana (2018-2020)**

Nas palavras de Tiago Reis (2018), administrador e fundador da *Suno Research*, guerra comercial consiste num conflito econômico entre dois ou mais países, no qual seus governos começam a impor, através de um movimento escalonado, barreiras comerciais tais como tarifas, taxas alfandegárias e restrições comerciais entre si. O objetivo das nações com essas práticas é o de obter vantagens econômicas frente aos demais ou prejudicá-los. Na maioria das vezes, uma guerra comercial se inicia entre duas partes e acaba se espalhando para outros países, causando efeitos diretos e indiretos em todo o comércio internacional (REIS, 2018).

O que geralmente motiva uma guerra comercial é a prática de protecionismos econômicos por parte de um Estado. Ou seja, em outras palavras, um país, para tentar estimular sua indústria nacional, gerar mais empregos e valorizar sua balança comercial, começa a adotar barreiras alfandegárias para impedir que determinados produtos importados adentrem seu mercado interno. Os países que tem seus produtos restritos, por sua vez, ao notarem as práticas comerciais injustas, passam também a adotar barreiras comerciais semelhantes ou piores em

resposta. E, assim, dá-se início a um movimento de taxações e retaxações. Quando esse movimento se torna contínuo e sucessivo, têm-se uma guerra comercial, como é o caso que analisaremos a seguir entre China e Estados Unidos, embora haja, ainda, controvérsias quanto à classificação dessas taxações sino-americanas enquanto uma guerra comercial (REIS, 2018).

A subida de Donald Trump ao poder dos Estados Unidos, em 2017, marcou o início de uma nova dinâmica nas relações econômicas entre China e EUA. O presidente republicano assumiu a presidência norte-americana com um discurso nacionalista de retomada da hegemonia econômica americana. A promessa do presidente era a de renegociar os acordos bilaterais do país para trazer de volta empregos aos americanos e assim reaquecer a indústria e a economia nacionais. A política de administração do governo Trump, lançada em seu discurso de posse, ficou intitulada como *America First*<sup>6</sup> e rendeu ao presidente uma aprovação de 65% na época, segundo pesquisas do *Morning Consult* (EMBAIXADA AMERICANA NO BRASIL, 2017).

Embora não exista uma data precisa para o início da guerra comercial entre os dois países, as medidas protecionistas norte-americanas começaram a ser implementadas no início de 2018. O objetivo de Donald Trump com essas medidas era o de encarecer os produtos chineses para, assim, dificultar sua entrada nos Estados Unidos e, conseqüentemente, gerar estímulo à indústria americana. Os constantes déficits na balança comercial estadunidense, causados pela crescente entrada de produtos chineses nos EUA, preocupavam Trump. O déficit comercial do país girava em torno de US\$ 800 bilhões, dos quais US\$500 eram com a China.

As primeiras ações dos Estados Unidos ocorreram em janeiro e março de 2018, respectivamente, com a tarifação de painéis solares e máquinas de lavar importadas da China e as taxações de 25% e 10% sobre as importações de aço e de alumínio chineses. A resposta do presidente chinês, Xi Jinping, veio em abril do mesmo ano, com um aumento de US\$ 3 bilhões nos impostos chineses sobre a importação de 128 produtos norte-americanos (KER et al., 2019). E, assim, deu-se início à batalha comercial entre as duas maiores economias mundiais.

A resposta dada pelos Estados Unidos para a implantação dessas taxas é a de que a China estaria realizando práticas desleais de concorrência para baratear seus produtos, e assim, apresentar vantagens competitivas frente a outros mercados. O país é acusado de praticar roubo de propriedade intelectual, transferência forçada de tecnologia, *dumping* social<sup>7</sup> e, por último,

---

<sup>6</sup> Slogan da campanha política de Donald Trump e que virou, após sua posse, o mote de seu governo, uma política que visa o nacionalismo econômico e unilateralismo nas relações dos Estados Unidos.

<sup>7</sup> Dumping social caracteriza-se pela adoção de práticas desumanas de trabalho, pelo empregador, com o objetivo de reduzir os custos de produção e, assim, aumentar os seus lucros. Trata-se de descumprimento

manipulação do câmbio de sua moeda. A suposta acusação de manipulação de câmbio teria acontecido em 5 de agosto de 2019, quando o banco central chinês, Banco do Povo da China (BPoc), registrou a maior desvalorização do *yuan*<sup>8</sup> em dez anos. A moeda chegou a valer sete vezes menos que o dólar americano. Contudo, a China negou tal manipulação (KER et al., 2019).

A primeira tentativa de acordo entre Estados Unidos e China aconteceu em dezembro de 2018, durante a cimeira do G-20<sup>9</sup> em Buenos Aires, Argentina. Os presidentes Donald Trump e Xi Jinping selaram uma trégua em seus ataques, na qual o primeiro se comprometeu a adiar por 90 dias o já anunciado aumento de tarifas de 10% para 25% sobre as importações dos produtos chineses e o último elevaria suas importações de produtos norte-americanos. A trégua durou cerca de cinco meses, até o dia 10 de maio de 2019, quando Trump impôs o aumento de 25% na tarifação de produtos importados da China. Em retaliação, a China aumentou suas tarifas em cerca de US\$ 60 bilhões sobre produtos estadunidenses (ALMEIDA, 2019).

A segunda tentativa de acordo entre as duas grandes potências aconteceu durante o 14º encontro do G-20, em junho de 2019, no Japão. A China se comprometeu a importar produtos agrícolas dos Estados Unidos, enquanto Washington interromperia novas tarifações aos produtos chineses e ainda permitiria a venda de produtos selecionados de empresas norte-americanas para a gigante chinesa das telecomunicações, Huawei. O acordo, entretanto, só durou até mais uma aplicação de tarifas à China por parte dos EUA. A resposta do governo chinês foi a já citada desvalorização do yuan (ALMEIDA, 2019).

A medida protecionista dos Estados Unidos levou a China a entrar com um processo na OMC contra o país. Segundo o Ministério do Comércio da China, "esse protecionismo comercial unilateral e intimidador e a pressão máxima violam o consenso alcançado pelo chefe da China e dos Estados Unidos, violam o princípio do respeito mútuo e do benefício mútuo e danificam seriamente o sistema comercial multilateral e a ordem comercial internacional normal"<sup>10</sup> (G1, 2019).

---

reincidente aos direitos trabalhistas, capaz de gerar um dano à sociedade e constituir um ato ilícito, segundo José Roberto (Namura, 2015).

<sup>8</sup> Moeda chinesa.

<sup>9</sup> Criado em 1999, o G20, integra os ministros das Finanças e governadores dos bancos centrais das 20 maiores economias do mundo.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/02/china-aciona-omc-contra-tarifas-impostas-pelos-eua.ghtml>>. Acesso em: 06 set. 2021.

Foi em Washington, EUA, que as duas potências se reuniram, nos dias 10 e 11 de outubro de 2019, para tentar chegar a um acordo final e trégua na guerra comercial. O acordo, apelidado de *Phase I*, foi finalizado em dezembro do mesmo ano e assinado em janeiro de 2020. Ele impunha, primeiramente, a compra de mais produtos agrícolas por parte da China e o adiamento, por parte dos EUA, das taxações previstas para outubro e, por fim, encerrou, por ora, as disputas comerciais iniciadas em 2018 (ALMEIDA, 2020).

#### **4. Os efeitos da nova rota da seda da China na recente guerra comercial sino-americana**

Segundo estudos realizados por Abner Welker e postados no site Liga de Mercado Financeiro da UNESP, não se faz difícil perceber como o crescimento chinês parece implacavelmente afetar todo o globo, o que explica mais claramente as diversas previsões que apontam como, dentro de alguns anos, o gigante asiático deva tornar-se a primeira economia mundial. Neste ponto, não por acaso, os EUA têm estabelecido uma política de constante crítica contra, sobretudo, o projeto desenvolvimentista chinês, BRI, que se manifesta em certa medida no combate a algumas importantes empresas do país, como é o caso da Huawei e até mesmo na série de taxações percebidas entre ambos os países durante os anos de 2018 e 2020 (OLIVEIRA, 2019).

Os produtos chineses há anos já apresentam grande vantagem competitiva no mercado internacional devido aos seus baixos custos. Com a Rota construída pela China para vender suas mercadorias, seria, então, muito mais fácil expandir e disseminar seus negócios, gerando um leque maior de mercado consumidor. Com uma extensão que abrange Ásia, África, Europa e Oriente Médio, seus negócios passam a apresentar cada vez maior escala e menores custos de produção e, por consequência, maior aceitação dos produtos chineses nos mercados consumidores. A rota tem, ainda, a função de ampliar e melhorar as condições para o comércio das matérias-primas necessárias para o bom desempenho da indústria chinesa, permitindo, mais uma vez, uma redução nos custos com o transporte e, conseqüentemente, com a produção, a partir da compra de insumos mais baratos.

Para além desses fatores, as práticas adotadas pela China para alavancar suas exportações violam as regras comerciais atuais, tais como: oferta de subsídios por parte do governo chinês, regulação dos investimentos internos, requerimento de conteúdos domésticos nas importações e imposição de barreiras à importação. Essa violação de regras, por sua vez, acaba por contribuir, uma vez mais, para as taxações norte-americanas (RODRIK, 2018).

Os investimentos em infraestrutura realizados nos países por onde a rota passa, por outro lado, são vistos pelas economias mais desenvolvidas do globo, em especial os Estados Unidos, não como uma ação de solidariedade chinesa para com esses países, mas sim como um pressuposto para a tratativa de acordos bilaterais entre estes Estados e o governo chinês, de modo a facilitar tanto a compra de insumos e matérias-primas a mais baixos custos por parte da China quanto à venda dos produtos finais chineses a esses países. Dessa maneira, a produção chinesa vai se espalhando cada vez mais pelos quatro cantos do mundo e ganhando adeptos a ela, mas deixando, em contrapartida, governos descontentes com suas ações comerciais.

A partir, então, dessa ideia de barateamento dos produtos chineses para adentrar de modo avassalador o mercado internacional é que os EUA começaram a aplicar, no início do ano de 2018, taxas sobre alguns produtos chineses na tentativa de encarecê-los frente aos produtos norte-americanos e, assim, incentivar sua indústria nacional. Contudo, o que parecia uma ação desarticulada do então presidente Donald Trump para aquecer sua economia acabou por iniciar o que ficaria, meses depois, conhecido como a guerra comercial sino-americana. A aplicação de uma série de tarifas unilaterais e retaliação multilaterais vindas, sobretudo dos EUA e China, com intuito de encarecer os produtos concorrentes e gerar ameaças sobre o outro país.

Segundo dados da *Agence France-Presse*, em 2017, a China registrou um crescimento de aproximadamente 6,9% em seu PIB e um crescimento de cerca de 8% em suas exportações. Ainda no mesmo ano, o déficit comercial estadunidense com o gigante chinês apresentou crescimento de 11,5%, o equivalente a US\$ 276 bilhões (AFP, 2018). Em 2018, embora o PIB da China tenha retraído para 6,6%, ainda assim sinalizou crescimento econômico e dentro dos dados esperados, em virtude das taxações norte-americanas. Por fim, em julho de 2020, com o fim da guerra comercial sino-americana, as exportações chinesas bateram a marca de 7,2% de crescimento (BERMINGHAM; WANG, 2020).

A Nova Rota da Seda consolida e amplia a influência chinesa nas regiões por onde passa, o que restringe, ao menos em um primeiro momento, as possibilidades comerciais estadunidenses, cenário este que o país vem justamente tentando evitar. Seja como for, o progresso chinês parece continuar vigoroso, o que se soma, inclusive, às condições econômicas mais favoráveis, no que pese o conflito da guerra comercial com os EUA. Resta, então, manter a atenção ao futuro da região asiática, que promete mudanças significativas dentro dos próximos anos (OLIVEIRA, 2019).

## **Conclusão**

Concluimos, com este trabalho, que o comércio internacional está em constante transformação. Ele altera-se conforme são desenvolvidos os meios de comunicação, de transporte, as tecnologias e, por fim, a globalização. O que outrora consistia em meras trocas de produtos um pelo outro para satisfação das necessidades humanas, atualmente baseia-se na busca por lucros cada vez maiores por parte de cada nação. O comércio segue, hoje, padrões e regras instituídos por organizações criadas com fins, únicos e exclusivos, de organizar essas relações e criar o ambiente mais favorável possível para todas as partes envolvidas, como é o caso da OMC. Vivemos, nos dias atuais, o período mais intenso das relações comerciais entre os países, tanto em variedade na produção quanto em oferta e procura de produtos. Contudo, ainda experimentamos de uma série de atrasos que dificultam e, muitas vezes, impossibilitam esse intercâmbio de bens e serviços.

O comércio internacional, muito embora seja dominado pelas ideias liberais originariamente oriundas de Adam Smith, que defendem a não-intervenção estatal nos assuntos de mercado, ainda contam com forte interferência das práticas mercantilistas, que apoiam a defesa das balanças comerciais, para que estas estejam sempre em superávit, ou seja, exportem mais que importem e, para isso, defendem a necessidade de um Estado forte e controlador nos assuntos comerciais e financeiros nacionais. A atuação do Estado nas economias, buscando a defesa das indústrias e dos empregos nacionais, é o que impede um comércio 100% liberalizado, a partir da adoção de barreiras ao comércio. Essas barreiras, por sua vez, é que vão gerar conflitos econômicos entre os países, aplicação de tarifas, provocando elevação dos preços dos bens e serviços e retaliações uni e multilaterais.

No caso particular de China e Estados Unidos, que nem sempre, ao longo da história das duas nações, apresentaram um bom relacionamento entre si, as práticas chinesas de incentivo à industrialização e concorrência no mercado internacional vinham desagradando, já há algum tempo, diversas economias globais, em virtude de serem consideradas práticas desleais de concorrência, como controle da taxa de câmbio, imposição de barreiras tarifárias, controle dos investimentos internos e mais. Estas práticas intensificaram-se com o plano desenvolvimentista chinês BRI, lançado em 2013 por Xi Jinping, e encontraram forte oposição com a posse de Donald Trump, nos EUA, em 2016.

De um lado encontrava-se o presidente chinês, com a promessa de desenvolver, cada dia mais, a economia da China e inundar o mundo de bens e serviços chineses, a partir do investimento de bilhões de dólares em infraestrutura em todo o mundo, de modo a ampliar os mercados consumidores e os mercados fornecedores, além de gerar meios para dinamizar o

comércio internacional. De outro, o presidente norte-americano, com o objetivo de acabar com o déficit comercial do país para com a China e, ainda, impedir esse desenvolvimento avassalador, que pode, a qualquer momento, tomar o lugar estadunidense de potência global.

### Referências Bibliográficas

AFP. **Comércio exterior da China tem forte recuperação em 2017**. 2018. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/01/12/interna\\_internacional,930535/comercio-exterior-da-china-tem-forte-recuperacao-em-2017.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/01/12/interna_internacional,930535/comercio-exterior-da-china-tem-forte-recuperacao-em-2017.shtml). Acesso em: 23 out. 2021.

ALMEIDA, Catarina Moura Reis. **A guerra comercial sino-americana e a performance exportadora do Mercosul e da Asean**. Tese (Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020.

AMIN, Asif. **Belt and Road Initiative five years later**. 2018. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201808/10/WS5b6d46f5a310add14f38525f.html>.

BERMINGHAM, Finbarr; WANG, Orange. **China's exports show surprising surge in July, powered by demand for lockdown goods overseas**. 2020. Disponível em: [https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3096403/chinas-exports-surprising-surge-july-strong-trade-recovery?li\\_source=LI&li\\_medium=china\\_section\\_top\\_picks\\_for\\_you](https://www.scmp.com/economy/china-economy/article/3096403/chinas-exports-surprising-surge-july-strong-trade-recovery?li_source=LI&li_medium=china_section_top_picks_for_you). Acesso em: 23 out. 2021.

BRIEFING, Silk Road. **The Belt and Road Initiative**. Disponível em: <https://www.silkroadbriefing.com/the-belt-and-road-initiative.html>. Acesso em: 27 out. 2021.

CAI, Kevin G.. The One Belt One Road and the Asian Infrastructure Investment Bank: Beijing's new strategy of geoeconomics and geopolitics. **Journal Of Contemporary China**, 2018. Vol. 27, p. 831-847.

CHEONG, Ching; e YEE, Ching Hung. **Handbook on China's WTO Accession and its Impacts**. Singapura: World Scientific Publishing, 2003.

COMPIANI, Luís Fernando Costa. **Logística Internacional**. 2012. Disponível em: [http://lfcOMPIANI.dominiotemporario.com/doc/logistica\\_internacional\\_parte\\_1.pdf](http://lfcOMPIANI.dominiotemporario.com/doc/logistica_internacional_parte_1.pdf). Acesso em: 15 set. 2021.

EBREY, Patricia Buckley; WALTHALL, Anne; PALAIS, James B.. **East Asia: a Cultural, Social, and Political History**. Belmont: Wadsworth, 2009.

EMBAIXADA AMERICANA NO BRASIL. **Discurso de Posse do Presidente Donald J. Trump**. 2017. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/discurso-de-posse-presidente-donald-j-trump/>. Acesso em: 06 set. 2021.

FIGUEIREDO, Danniell. **One Belt, One Road: entenda a Nova Rota da Seda chinesa!** 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/nova-rota-da-seda-chinesa/>.

G1. **China aciona OMC contra tarifas impostas pelos EUA.** 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/02/china-aciona-omc-contratarifas-impostas-pelos-eua.ghtml>. Acesso em: 06 set. 2021.

IMF. **O FMI em síntese.** Washington: Departamento de Relações Externas, 2013. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/glance.htm>. Acesso em: 11 out. 2021.

ITAMARATY. **Organização Mundial do Comércio - OMC.** 2017. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc>. Acesso em: 02 set. 2021.

KER, João; CALMON, Elisa; CARVALHO, Ana Luisa. **5 pontos para entender a guerra comercial entre EUA e China.** 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,5-pontos-para-entender-a-guerra-comercial-entre-eua-e-china,70002887026>.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política.** 5. ed. São Paulo Pearson, 2001.

KRUGMAN, Paul. Increasing returns, monopolistic competition and international trade. **Journal of International Economics**, 1979. Vol. 9, p. 469-476.

LOURES, Alexandre; FIGUEIREDO, Erik. **Uma Nota Sobre o Impacto do Comércio Internacional no Crescimento de Economias em Desenvolvimento.** 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/BvmXXD9c5TB68nGRXmR56qz/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MENDES, Viviane Vecchi. **Estrutura e Principais Regras da OMC.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3095/3/Estrutura%20e%20Principais%20Regras%20da%20OMC%20%281%29.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

NAMURA, José Roberto. **"Dumping Social" - Uma prática desconhecida pelas empresas.** 2015. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/217836/dumping-social-uma-pratica-desconhecida-pelas-empresas>. Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA, Welker Abner de. **A nova rota da seda: China e sua ponte ao ocidente.** 2019. Disponível em: <http://www.lmfunesp.com.br/page/191>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PERES, Ana Luísa; DAIBERT, Leticia. **A China e a Organização Mundial do Comércio.** 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/305719188\\_A\\_China\\_e\\_a\\_Organizacao\\_Mundial\\_d\\_o\\_Comercio](https://www.researchgate.net/publication/305719188_A_China_e_a_Organizacao_Mundial_d_o_Comercio).

REIS, Margarida. **As Vantagens e Desvantagens do Comércio Internacional.** 2020. Disponível em: <https://interessantissimo.pt/curiosidades/vantagens-desvantagens-comercio-internacional/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

REIS, Tiago. **Que efeitos uma guerra comercial entre países pode causar na economia?** 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/guerra-comercial/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

RODRIK, Dani. **Straight Talk on Trade: ideas for a sane world economy**. New Jersey: Princeton University Press, 2018.

SEABRA, Fernando. **Economia Internacional**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 111 f.

SHAMBAUGH, David. China's Global Economic Interactions. SHAMBAUGH, David. **China and the World**. Oxford: Oxford University Press, 2020, cap.6.

SISCOMEX. **OMC**. 2020. Disponível em: <http://siscomex.gov.br/acordos-comerciais/omc/>. Acesso em: 03 set. 2021.

WTO. **Marrakesh Declaration of 15 April 1994**. 2021. Disponível em: [https://www.wto.org/english/docs\\_e/legal\\_e/marrakesh\\_decl\\_e.htm](https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/marrakesh_decl_e.htm). Acesso em: 02 set. 2021.

WTO. **History of the multilateral trading system**. 2021. Disponível em: [https://www.wto.org/english/thewto\\_e/history\\_e/history\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/history_e/history_e.htm). Acesso em: 02 set. 2021.